



MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL  
EXÉRCITO PORTUGUÊS

EXEMPLAR N.º

Comando do Pessoal

AGE.112

NORMA DE EXECUÇÃO PERMANENTE

TÍTULO: Direção de Administração de Recursos Humanos

ASSUNTO: GOZO DE FÉRIAS VENCIDAS NO ANO DE INTERRUÇÃO OU CESSAÇÃO DEFINITIVA DE FUNÇÕES

REF.: a) Lei nº66/2012, de 31 de dezembro;  
b) Lei nº 59/2008, de 11 de setembro;  
c) Decreto Lei nº 296/209, de 14 de outubro;  
d) Despacho nº 2767, de 08 de fevereiro de 2012, de S.Exª. o General CEME, publicado no Diário da República nº41, 2ª série, de 27 de fevereiro de 2012;  
e) Despacho, de 22 de setembro de 2005, do Exmo TGen AGE.

1. FINALIDADE

Estabelecer normas e procedimentos para o gozo de férias vencidas no ano de cessação/interrupção de funções.

2. ÂMBITO

- Esta Norma de Execução Permanente (NEP) aplica-se no âmbito da "AUTORIDADE TÉCNICA" do TGen AGE, originada na estrutura competente do Comando de Pessoal (Cmd Pess) (artº 12º do Decreto Regulamentar nº 74/2007 de 2 de julho, Capítulo II) e decorre da Lei Orgânica do Exército, aprovada pelo Decreto-Lei nº 231/2009, de 15 setembro, que estabelece que o Comando de Pessoal é Órgão Central de Administração e Direção (OCAD), cabendo-lhe assegurar a superintendência e a execução em áreas ou atividades específicas essenciais;
- A presente NEP aplica-se a todas as Unidades, Estabelecimentos e Órgãos (U/E/O) do Exército e aos militares e civis na efetividade de serviço.

3. INTRODUÇÃO

a. Definições

- Interrupção de funções:** Situações que não conferem direito a vencimento, nomeadamente as situações de licença ilimitada ou registada;
  - Cessação definitiva de funções:** Situações que implicam o afastamento definitivo das Forças Armadas, nomeadamente as situações de abate aos quadros, bem como os militares RV e RC que passem à reserva de disponibilidade;
  - Férias Vencidas:** Período de férias adquiridas a 1 de janeiro do ano de mudança de situação (ano de interrupção ou cessação de funções), assim como os períodos de férias vencidos do ano anterior, e não gozados;
- b. O Decreto-Lei em refª c) veio disciplinar o regime de abonos, decorrentes de férias vencidas mas não gozadas, a militares que:
- Cessem definitivamente as funções (abate aos quadros permanentes e passagem à situação de reserva de disponibilidade de militares em RV/RC);
  - Interrompam funções com perda de remuneração;
  - Transitam para a situação de reserva fora da efetividade de serviço ou para a situação de reforma;

Entidade responsável  
DARH/Cmd Pess

Alteração n.º / data  
ORIGINAL / DEZ13

Classificação  
RESERVADO

|         |  |       |
|---------|--|-------|
| AGE.112 | GOZO DE FÉRIAS VENCIDAS NO ANO DE INTERRUPTÃO<br>OU CESSAÇÃO DEFINITIVA DE FUNÇÕES | PAG 2 |
|---------|--|-------|

- c. Por força da Lei em refª a), a Lei em refª b) passou a aplicar-se mais expansivamente aos militares a modalidade de relação jurídica de emprego público, nomeadamente o que diz respeito a que o trabalhador possa faltar por conta do período de férias do ano seguinte, sendo esta modalidade designada comumente de férias por antecipação.

#### 4. EXECUÇÃO

- a. **É da responsabilidade dos Cmdt/Dir/Ch das U/E/O**, assegurar que as férias vencidas sejam gozadas antes da data prevista para a interrupção ou cessação definitiva de funções;
- b. As U/E/O asseguram que os militares e civis gozam a totalidade dos períodos de licença relativos a férias vencidas a que têm direito, observando como limite, a data em que se verifique a sua mudança de situação;
- c. Na elaboração e aprovação dos planos de férias para cada ano, as U/E/O garantem a observância do estabelecido no número anterior;
- d. Sempre que a mudança para uma das situações elencadas em 3.b., impossibilite o rigoroso cumprimento do plano de férias superiormente aprovado, ou obste à sua preparação até 30 de abril, asseguram a sua reformulação ou elaboração em momento anterior, por forma a garantir que se goze a totalidade das férias vencidas, durante o tempo de permanência na efetividade de serviço;
- e. Nos casos em que não seja possível determinar atempadamente a data em que se efetivará a mudança de situação (interrupção ou cessação definitiva de funções), promovem a antecipação do gozo das férias vencidas, para o momento imediatamente anterior à data prevista para a mudança de situação;
- f. Os militares e civis podem, **segundo a opção do interessado**, de acordo com o previsto na Lei em refª b), gozar "férias por antecipação", por conta do período de férias do próprio ano ou do seguinte;
- g. A situação dos militares e civis que interrompam ou cessem definitivamente as funções sem que tenham completado o gozo das férias vencidas, **é de caráter excepcional**. Assim, apenas nos casos de comprovada excecionalidade, se poderá analisar tais situações. Essa excecionalidade deve ser atestada, de forma fundamentada e contextualizada, pelo Cmdt/Dir/Ch da U/E/O a que pertence (ia) o militar, devendo ressaltar de tal comprovação a extrema impossibilidade do gozo das férias vencidas. A par da já referida fundamentação, elaborada e assinada pelo Cmdt/Dir/Ch, deverá ser remetida à DARH a declaração cujo modelo se apresenta em anexo (Anexo A-DECLARAÇÃO DE FÉRIAS NÃO GOZADAS). Só após a mesma ser visada pela entidade competente, poder-se-á ponderar o processamento de eventuais abonos pela DSP.

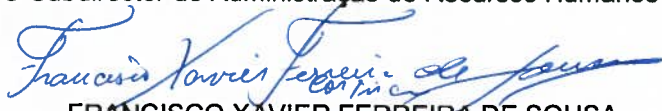
Aprovo

O AGE

FRANCISCO ANTÓNIO CORREIA  
TGEN

Autenticação

O Subdirector de Administração de Recursos Humanos

  
FRANCISCO XAVIER FERREIRA DE SOUSA  
COR TIR CAV

#### ANEXO A – MODELO DE DECLARAÇÃO DE FÉRIAS NÃO GOZADAS

Distribuição: DE ACORDO COM O DISPOSTO NA NEP AGE.004.

|  |   |                                   |
|--|---|-----------------------------------|
| Entidade responsável<br><b>DARH/Cmd Pess</b> | Alteração n.º / Data<br><b>ORIGINAL / DEC13</b> | Classificação<br><b>RESERVADO</b> |
|--|---|-----------------------------------|